



## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026**

Numeração no [Compras.gov.br](https://compras.gov.br): 90007/2026

### **CONTRATANTE**

Câmara de Vereadores de Joinville/SC (UASG: 930622)

### **OBJETO**

**AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO DE ESCRITÓRIO E ITENS COMPLEMENTARES PARA A CÂMARA DE VEREADORES DE JOINVILLE.**

### **REGISTRO DE PREÇOS**

Não

### **VALOR ESTIMADO MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO**

R\$ 167.577,40 (cento e sessenta e sete mil, quinhentos e setenta e sete reais e quarenta centavos)

### **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia 05/03/2026 às 08h (horário de Brasília)

### **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Menor preço por grupo

### **MODO DE DISPUTA:**

Aberto

### **PARTICIPAÇÃO OU ITENS EXCLUSIVOS PARA ME/EPP/EQUIPARADAS**

Sim

Apêndices deste edital poderão ser acessados no site da Câmara de Vereadores de Joinville, <https://camara.joinville.br/licitacoes>, em “Pregões”.



## **CÂMARA DE VEREADORES DE JOINVILLE**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026**

Torna-se público que a Câmara de Vereadores de Joinville/SC, por meio da Divisão de Compras e Licitações, realizará licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, pelo critério de julgamento de **menor preço por lote**, modo de disputa aberto, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

#### **1. DO OBJETO.**

1.1. O objeto da presente licitação é a **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO DE ESCRITÓRIO E ITENS COMPLEMENTARES PARA A CÂMARA DE VEREADORES DE JOINVILLE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.2. O Termo de Referência (Anexo I) apresenta, dentre outras informações, o detalhamento do objeto e seu modelo de execução.

1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no Catálogo de Materiais e Serviços (CATMAT e CATSER) do Compras.gov.br, e as constantes deste edital, **prevalecerão as constantes do edital**.

#### **2. DO LOCAL, DATA, HORÁRIO E CONDUÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA.**

2.1. O pregão eletrônico será realizado em sessão pública, às 8h do dia 05/03/2026, sendo estas a data e horário limites para cadastro das propostas.

2.1.1. Considerando o horário de expediente da Câmara de Vereadores de Joinville, as sessões públicas do pregão eletrônico ocorrerão no intervalo compreendido entre 8h e 14h, ressalvadas as deliberações do pregoeiro em sentido diverso, quando devidamente justificadas.

2.1.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data inicialmente definida, a sessão será remarcada e terá início somente após comunicação aos participantes, por meio do sistema, no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2.2. O pregão será realizado, em todas as suas fases, por meio do Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>, UASG 930622.

2.3. Os trabalhos serão conduzidos por pregoeiro e equipe de apoio designados pela Portaria nº 377/2025, de 25/07/2025.



### **3. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO.**

3.1. Poderão participar desta licitação microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP) legalmente constituídas no ramo de atividade pertinente ao objeto da licitação, conforme disposto em seus atos constitutivos, que atendam às exigências estabelecidas neste edital e anexos.

3.2. A licitante deve estar previamente credenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal.

3.3. A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, e subsequente encaminhamento da proposta de preços e dos documentos de habilitação, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico através do site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, observando a data e o horário limite estabelecido no item 2.1 deste edital para cadastro da proposta.

3.4. A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir com exatidão os seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.6. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação ou inabilitação.

3.7. O agente de contratação verificará a existência de eventual descumprimento das condições de participação no que tange à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta do Cadastro Nacional de Pessoas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) e emissão das certidões negativas de inidoneidade e de impedimento e juntá-las ao respectivo processo.

3.7.1. As consultas e emissão de certidões mencionadas no item anterior poderão ser realizadas através do Sistema de Certidões da Controladoria-Geral da União, disponível em <https://certidoes.cgu.gov.br/>.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e assemelhados, nas formas e limites previstos pela Lei Complementar nº 123/2006.

3.9. A obtenção dos benefícios a que se referem o item acima fica limitada ao estabelecido pelas demais disposições da Lei nº 14.133/2021.

3.10. Não poderão disputar esta licitação os interessados que se enquadrem nas situações a seguir:

- a) Aqueles que não atendam às condições deste edital e seu(s) anexo(s).



- b) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.
- c) Empresas, isoladamente ou em consórcio, responsáveis pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.
- d) Pessoas físicas ou jurídicas que se encontrem, ao tempo da licitação, impossibilitadas de participar da licitação em decorrência de sanção que lhes tenha sido imposta.
- e) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Câmara de Vereadores de Joinville ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- f) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.
- g) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- h) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição.
- i) Ainda, não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público da Câmara de Vereadores de Joinville, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata a alínea “d” do item 3.10 será também aplicado à licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as alíneas “b” e “c” do item 3.10 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, mediante contratação específica para este fim, e desde que sob a supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nas alíneas “b” e “c” do item 3.10 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto



básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. A vedação de que trata a alínea “i” do item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.16. Eventuais custos de elaboração das propostas serão de responsabilidade exclusiva da proponente, não cabendo qualquer direito de ressarcimento, em nenhum caso, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

3.17. A participação na licitação implica, automaticamente, na aceitação integral dos termos deste edital, seus anexos e legislação aplicável.

3.18. É permitida a participação de pessoa jurídica em consórcio, observado o disposto no art. 15, da Lei nº 14.133/2021.

3.19. Para objeto, itens ou lotes destinados exclusivamente à participação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, será admitida somente a participação de consórcio formado exclusivamente por empresas que se enquadrem como ME ou EPP, devidamente registradas e com comprovação do porte conforme a legislação vigente.

#### **4. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO.**

4.1. Para participação na licitação é necessário o credenciamento no nível básico do registro cadastral do SICAF, que permite a participação na modalidade licitatória pregão, em sua forma eletrônica, em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 03/2018.

4.2. Para participação no pregão, a proponente deverá assinalar, em campo próprio do sistema eletrônico, todas as declarações disponíveis, sendo facultada apenas aquela relativa aos requisitos de enquadramento na Lei Complementar nº 123/2006 e à participação como Cooperativa.

4.2.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

4.3. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa no(s) mesmo(s) item(ns)/lote(s) deste processo, sob pena de exclusão sumária de ambas as proponentes representadas.

#### **5. DA PROPOSTA E SEU CADASTRAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO.**

5.1. A licitante deverá cadastrar a proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para a abertura da sessão pública, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2. Ao cadastrar a proposta pelo sistema eletrônico a licitante deverá informar:



- a) Os valores unitários e totais;
- b) Marca e modelos ofertados, quando cabível; e
- c) Descrição do objeto ofertado pela licitante, conforme especificação constante do Termo de Referência.

5.2.1. Os valores deverão ser expressos em moeda corrente nacional, considerados apenas até os centavos.

5.2.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.3. A licitante poderá apresentar uma só proposta, não sendo admitidas propostas alternativas.

5.4. As propostas devem conter preços que permanecerão válidos por um período de um ano, contado da data do orçamento estimado para a licitação. Após esse prazo, os preços poderão ser reajustados conforme disposto na minuta do contrato.

5.5. A proposta deve atender integralmente a este edital e seus anexos.

5.6. É vedada a apresentação de proposta para quantidade de itens inferior à demandada nesta licitação.

5.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.

5.8. A proposta deve compreender, em seu valor total, a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da licitação, além de eventuais custos comerciais incidentes, frete, transporte, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.9. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

5.10. As propostas terão validade, no mínimo, de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

5.10.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

5.11. A participação na licitação pressupõe o conhecimento e concordância com as condições acima, independentemente da transcrição destas disposições para a proposta comercial.

5.12. Não serão classificadas as propostas em desconformidade com este edital.

## **6. DA SESSÃO PÚBLICA.**

6.1. A abertura da sessão pública deste pregão, conduzida pelo pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no item 2 deste edital e no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>.



6.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

6.2.1. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá formalizar o apontamento, de imediato e exclusivamente, pelo e-mail [pregao@cvj.sc.gov.br](mailto:pregao@cvj.sc.gov.br) sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo o pregoeiro registrar o fato no “chat” e relatar o teor das comunicações.

6.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

6.4. Se ocorrer a desconexão do pregoeiro no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.5. No caso de desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

6.6. O pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, por intermédio do sistema, os motivos da suspensão e informando a data e horário previsto para a reabertura da sessão.

## **7. DO INÍCIO DA DISPUTA E DA VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS.**

7.1. A fase de lances deste pregão será processada pelo modo de disputa aberto, conforme estabelecido nos artigos 23 a 25 da IN SEGES/ME nº 73/2022.

7.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 7.3.

7.3. Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos artigos 5º, 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021, o pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

- a) Proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificada no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;
- b) Proposta com preços manifestamente inconsistentes ou com presunção absoluta de inexequibilidade.

7.4. Serão considerados preços manifestamente inconsistentes quando ofertados valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.





7.5. Mediante despacho fundamentado registrado no sistema e acessível a todos, o pregoeiro apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 7.3.

## **8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES.**

8.1. Aberta a etapa competitiva, a licitante classificada poderá encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informada do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

8.2. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

8.3. Durante o transcurso da sessão, a licitante será informada, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

8.4. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8.4.1. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.5. Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

8.5.1. A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte do pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

8.6. Para formulação dos lances, a licitante deverá observar o intervalo mínimo de R\$ 1% (um por cento).

8.7. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a apuração automática, junto à Receita Federal, do porte das empresas licitantes. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação entre os valores propostos pelas ME/EPP e os valores da primeira colocada, para verificação dos casos de empate ficto e aplicação do disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

8.7.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance são consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.7.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.7.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes também enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte que





se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.7.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou a empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.8. Havendo eventual empate entre propostas, os critérios de desempate serão aqueles previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

8.8.1. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata o caput, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas, vedado qualquer outro processo.

## **9. DA NEGOCIAÇÃO.**

9.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

9.3. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com as demais licitantes classificadas, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

## **10. DA FORMA DE ENVIO DA PROPOSTA ATUALIZADA.**

10.1. A proposta atualizada de acordo com o valor do lance vencedor ou da negociação deverá ser enviada exclusivamente via sistema e apresentada de acordo com o modelo constante do Anexo II do edital, observadas as disposições:

- a) Ser emitida em uma via, por computador, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas;
- b) Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente, o mesmo da nota de empenho e da nota fiscal, caso seja vencedora do certame;
- c) Conter os valores unitários e totais, em moeda corrente nacional, com no máximo duas casas decimais e valor total por extenso (exceto se, pelas características do objeto, o TR ou modelo de proposta trouxerem disposição diversa);
- d) Conter preços que permanecerão válidos por um período de um ano, contado da data do orçamento estimado para a licitação. Após esse prazo, os preços poderão ser reajustados conforme disposto na minuta do contrato;
- e) Conte o prazo de validade da proposta, conforme especificado no modelo do Anexo II;



- f) Atender integralmente a este edital e seus anexos;
- g) Compreender, em seu valor total a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da licitação;
- h) Estar datada e conter a identificação do representante legal da empresa e respectiva assinatura.

10.2. O prazo para envio da proposta é de, no mínimo, 2 (duas) horas a contar da convocação pelo sistema, e poderá ser ampliado motivadamente pelo pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

10.3. O número de identificação do item ofertado deverá corresponder exatamente ao do item do Anexo II deste edital, com suas respectivas quantidades.

10.4. O pregoeiro poderá solicitar a apresentação de documentação complementar que contenha informações técnicas ou detalhamentos acerca dos serviços, produtos ou equipamentos ofertados.

10.4.1. Quando o objeto tratar de fornecimento de bens, a apresentação dos materiais e documentos a que se refere o subitem anterior não exonera a licitante da obrigação de apresentar amostras que venham a ser solicitadas pelo pregoeiro.

10.5. Havendo inconsistência entre valores unitários e o valor total da proposta encaminhada, prevalecerá:

- a) O valor unitário, no caso de julgamento pelo menor preço por item;
- b) O valor do lote, no caso de julgamento pelo menor preço por lote;
- c) O valor total, no caso de julgamento pelo menor preço global.

10.6. Serão desconsideradas as propostas que apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste edital.

10.7. Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

## 11. DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.

11.1. O julgamento das propostas será efetuado pelo **menor preço por lote**, devendo ser observados os preços máximos unitários de aceitabilidade para contratação, constantes do Termo de Referência (Anexo I).

11.2. Não serão consideradas, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens não previstas no edital.

11.3. Encaminhada a proposta ajustada ao lance vencedor, o pregoeiro examinará sua compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital, quanto ao preço ofertado e quanto às demais condições definidas no edital, sendo desclassificada a proposta que:



- a) Contiver vício insanável;
- b) Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do valor máximo aceitável para a contratação, conforme disposto no Termo de Referência;
- d) Não tiver sua exequibilidade demonstrada quando exigido pelo pregoeiro;
- e) Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

11.4. O pregoeiro poderá realizar diligências para embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, nos seguintes casos:

- a) Aferir a exequibilidade da proposta ou exigir da licitante que ela seja demonstrada, aplicando, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa nº 73/2022 da SEGES/ME;
- b) Complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, desde que necessário para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- c) Correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

11.5. Expirado o prazo estabelecido pelo pregoeiro, ou sua eventual prorrogação, sem que haja retorno da licitante em relação à diligência realizada, a empresa poderá ser desclassificada e estará sujeita às sanções previstas neste edital.

11.6. O pregoeiro poderá solicitar apoio de área técnica ou requisitante para verificação da aceitabilidade das propostas.

## **12. DAS AMOSTRAS.**

12.1. A solicitação de amostra e as regras para apresentação e análise serão disciplinadas no Termo de Referência (Anexo I).

## **13. DA HABILITAÇÃO.**

13.1. A relação de documentos de habilitação exigidos neste certame consta das disposições próprias do Termo de Referência – Anexo I.

13.2. Os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente via sistema eletrônico, após convocação do pregoeiro, de forma legível, a fim de que ofereçam condições de análise.

13.3. O prazo para envio dos documentos de habilitação será de 2 (duas) horas, a contar da convocação pelo sistema, e poderá ser ampliado motivadamente pelo pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

13.3.1. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo pregoeiro.



13.3.2. Em caso de não envio dos documentos no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas nesse edital.

13.4. A habilitação das licitantes poderá ser verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03/2018.

13.5. A licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

13.5.1. Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar à licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

13.6. Encerrado o prazo para envio da documentação de habilitação, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do pregoeiro, a apresentação de novos documentos para:

- a) Confirmação, complementação, ou esclarecimento relativo aos documentos já apresentados;
- b) A aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- c) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- d) A apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante.

13.7. Os documentos solicitados a título de diligência, nas hipóteses elencadas acima, deverão ser encaminhados pelo sistema, utilizando-se o campo “anexos”.

13.7.1. O prazo para envio dos documentos é de, no mínimo 2 (duas) horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser ampliado motivadamente pelo pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

13.7.2. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

13.8. Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

13.8.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza são emitidos somente em nome da matriz.

13.8.2. Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.



13.9. As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

13.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação na forma do art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

13.9.2. A não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90, §5º, da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem e classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

13.10. Para documentos que não contiverem data de validade expressa, considerar-se-á a validade de 60 (sessenta) dias a partir da data de emissão, exceto nos casos em que, pela própria natureza do documento, a validade não for aplicável.

13.11. Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o pregoeiro deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Anticorrupção).

13.11.1. Constituem indícios para configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societário e/ou compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

- a) Identidade dos sócios;
- b) Atuação no mesmo ramo de atividade;
- c) Data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;
- d) Compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos;
- e) Identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;
- f) Identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.

13.11.2. Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o pregoeiro registrará, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

13.11.3. Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o



pregoeiro, ao estender à licitante os efeitos das sanções que acarretem a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

- a) Inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;
- b) Relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

#### **14. DOS RECURSOS.**

14.1. Qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer, devendo fazê-lo em campo próprio do sistema, no prazo de até 10 (dez) minutos após o término do julgamento das propostas e após o ato de habilitação ou inabilitação, sob pena de preclusão.

14.2. O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.

14.2.1. Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma acima mencionada deverá apresentar as razões recursais em momento único, no prazo de 3 (três) dias úteis, exclusivamente em campo próprio do sistema.

14.2.2. Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item anterior.

14.3. A Câmara de Vereadores de Joinville não se responsabiliza pelo recebimento de recursos ou contrarrazões encaminhados de forma diversa daquela indicada acima, bem como por recursos e contrarrazões recebidos em arquivos corrompidos, ilegíveis ou danificados de qualquer forma.

14.4. Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada às licitantes interessadas, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

14.5. Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

14.6. O pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados ao Presidente da Câmara de Vereadores de Joinville para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no art. 165, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

14.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.





## **15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.**

15.1. Comete infração administrativa, nos termos do Decreto Legislativo nº 99/2024, sem prejuízo do constante no Capítulo II-B da Lei nº 14.133/2021, nas demais disposições legais aplicáveis ao caso e no edital, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, considerando-se, ainda, as seguintes situações:

- a) Entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;
- b) Fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;
- c) Deixar de entregar documentação complementar exigida pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

- a) Deixar de atender a convocações do agente de contratação ou da comissão de contratação durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;
- b) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- c) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- d) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;
- e) Deixar de apresentar ou apresentar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório a(s) amostra(s) solicitada(s); ou;
- f) Desistir de lance realizado na fase de competição.

15.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

15.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

15.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

15.1.6. Fraudar a licitação.

15.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, consistente com a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame, tais como:

- a) Fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório;
- b) Ação em conluio ou em desconformidade com a lei;





- c) Indução deliberada a erro no julgamento;
- d) Prestação falsa de informações;
- e) Apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original;
- f) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- g) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.

15.2. Garantida a prévia defesa à licitante e/ou adjudicatária, a Administração poderá aplicar as sanções previstas no Decreto Legislativo nº 99/2024 sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

15.3. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado ou da parcela inadimplida, conforme o caso, na forma dos artigos 50 e 51 do Decreto Legislativo nº 99/2024.

15.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1 a 15.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar com no âmbito do Município de Joinville/SC, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.5 a 15.1.7, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1 a 15.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará § 2º do art. 7º do Decreto Legislativo nº 99/2024.

15.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 15.1.3 e 15.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta, quando houver.

15.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido conforme disposto pelo art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

15.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido ao Presidente da Câmara de Vereadores de Joinville e tramitará nos termos estabelecidos nos artigos 45, 46 e 47 do Decreto Legislativo nº 99/2024.

15.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis,



contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Câmara de Vereadores de Joinville.

## **16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.**

16.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

16.2. As respostas às impugnações e os esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no prazo de até 03 (três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação, limitado ao último dia anterior à data da abertura do certame, e ficarão disponíveis para os interessados no sistema eletrônico Compras.gov.br, no site da Câmara de Vereadores de Joinville (<https://camara.joinville.br/licitacoes/>) e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

16.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser apresentados à Divisão de Compras e Licitações da Câmara de Vereadores de Joinville, no endereço indicado neste edital, ou encaminhados ao e-mail [pregao@cvj.sc.gov.br](mailto:pregao@cvj.sc.gov.br).

16.3.1. Documentos encaminhados por e-mail deverão ser apresentados como anexo da mensagem, devidamente assinados e digitalizados em arquivo não editável tipo \*.pdf ou \*.xps.

16.3.2. A Câmara de Vereadores não se responsabiliza pelo recebimento de impugnações ou pedidos de esclarecimento encaminhados a endereço eletrônico diferente daquele indicado acima, bem como por aqueles recebidos em arquivos corrompidos, ilegíveis ou danificados de qualquer forma.

16.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

16.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

## **17. DO REGISTRO DE PREÇOS.**

17.1. O presente edital não se refere à licitação para registro de preços.



## **18. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO.**

18.1. Nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021, encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

18.2. Antes de formalizar o contrato, a Administração verificará se o licitante vencedor mantém o atendimento às condições de participação, habilitação e qualificação exigidas para participação no certame.

18.3. Em até 01 (um) dia útil antes da assinatura do contrato, o licitante vencedor deverá informar o nome do seu representante legal, bem como os seus dados para contato, que incluirão o telefone fixo, WhatsApp e e-mail.

18.4. Após a adjudicação e a homologação da licitação, a Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

18.5. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

18.6. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, conforme resultado da licitação.

18.7. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos, conforme §3º do artigo 90, da Lei de Licitações.

18.8. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos estabelecidos no item 18.6, será adotado o procedimento do §4º do artigo 90, da Lei de Licitações.



## **19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.**

19.1. A ata da sessão pública constará do processo e estará disponível a todos os interessados, podendo ser solicitada pelo e-mail [pregao@cvj.sc.gov.br](mailto:pregao@cvj.sc.gov.br) e verificada no Portal da Transparência da Câmara de Vereadores de Joinville.

19.2. Para envio de proposta e documentos pelo sistema, a contagem de prazo a que se refere este edital não considera o tempo de eventual suspensão da sessão realizada pelo pregoeiro.

19.2.1. Para fins de cumprimento dos prazos máximos estabelecidos para envio de propostas e documentos, será considerado o horário de funcionamento do sistema compras.gov, das 08h às 17h59, em dias úteis.

19.3. Em qualquer fase do pregão eletrônico, havendo problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta, de documentos pelo sistema, de informações complementares ou de solicitações pelo sistema, as comunicações e encaminhamentos deverão ser realizadas pelo e-mail [pregao@cvj.sc.gov.br](mailto:pregao@cvj.sc.gov.br), devendo o pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para as demais licitantes interessadas.

19.4. Por tratar-se de processo público, ficam as licitantes cientes de que os autos do processo licitatório serão disponibilizados, em sua íntegra, no Portal da Transparência da Câmara de Vereadores de Joinville e nos demais endereços ou sistemas eletrônicos legalmente determinados.

19.5. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

19.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Câmara de Vereadores de Joinville.

19.8. Em todos os documentos que necessitem de assinatura, deverão ser utilizadas assinaturas eletrônicas emitidas por certificadoras autorizadas pela ICP-Brasil ou produzidas via o portal GOV.BR, que podem ter sua conformidade verificada por meio do “Validar – Serviço de validação de assinaturas eletrônicas” do Governo Federal (<https://validar.iti.gov.br/>), permitindo a comprovação da autoria e da integridade dos documentos apresentados.

19.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.10. Para todos os fins e efeitos, integram este edital todos os anexos a ele relacionados:

- ANEXO I – Termo de referência;
- Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
- ANEXO II – Modelo de proposta de preço;
- ANEXO III – Minuta de contrato.



19.11. Em caso de divergência entre as disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste edital.

19.12. O edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no site da Câmara de Vereadores de Joinville – [camara.joinville.br/licitacoes](http://camara.joinville.br/licitacoes).

Joinville, 19 de fevereiro de 2026.

**Diego Machado**

Presidente da Câmara de Vereadores de Joinville



## ANEXO I

### 1. TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1.1. Definição resumida do objeto

- 1.1.1. A presente licitação tem como objeto a aquisição de mobiliário de escritório, poltronas, tapetes de entrada e um púlpito de acrílico, destinados à renovação e modernização de diversos ambientes da Câmara de Vereadores de Joinville. O objeto inclui o fornecimento completo dos itens, em conformidade com as especificações técnicas e quantitativos detalhados no Termo de Referência, garantindo a entrega, instalação e demais serviços correlatos necessários para a plena utilização dos bens adquiridos.

#### 1.2. Fundamentação da contratação

- 1.2.1. A fundamentação da contratação está pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar que acompanha este Termo de Referência.
- 1.2.2. A contratação justifica-se pela necessidade urgente de renovação do mobiliário da Câmara de Vereadores de Joinville. Grande parte do mobiliário atual encontra-se em estado de deterioração, comprometendo a funcionalidade e a estética dos ambientes de trabalho. A aquisição de novos mobiliários visa proporcionar um ambiente mais adequado e produtivo para os servidores e vereadores, além de atender às necessidades dos cidadãos que utilizam os espaços da Câmara.
- 1.2.3. A aquisição de tapetes capacho para as entradas é essencial para a segurança e conservação dos ambientes, reduzindo o risco de acidentes e contribuindo para a limpeza. A substituição de mesas e cadeiras obsoletas por modelos mais modernos e ergonômicos otimizará o espaço e promoverá o bem-estar dos usuários. O novo púlpito de acrílico é necessário para a realização de eventos externos da Câmara, conferindo maior visibilidade e profissionalismo às atividades.
- 1.2.4. A ausência desta contratação implicará na manutenção de um ambiente de trabalho inadequado, com mobiliário danificado e desconfortável, o que pode afetar a produtividade dos servidores e a imagem da instituição. Além disso, a falta de tapetes capacho nas entradas aumentará o risco de acidentes e o custo de manutenção dos ambientes internos.

#### 1.3. Especificação técnica dos produtos ou descrição completa dos serviços, incluindo quantitativos ou periodicidades, catmat ou catser



A presente seção detalha as especificações técnicas dos produtos a serem adquiridos, incluindo os quantitativos, códigos CATMAT e demais requisitos técnicos necessários para garantir a qualidade e adequação dos bens ao uso pretendido.

### **1.3.1. GRUPO 1**

#### **ITEM 1 - Poltrona com 1 lugar: 4 unidades**

Para acomodar confortavelmente uma pessoa de até 150 kg, o assento precisa ser largo.

**Largura Total:** 85 cm a 100 cm

**Profundidade Total:** 75 cm a 85 cm

**Altura Total:** 80 cm a 90 cm

**Largura Útil do Assento (livre entre braços):** Mínimo de 55 cm.

**Código CATMAT (Governo Federal):** Código do item 232003

#### **ITEM 2 - Poltrona com 2 lugares: 4 unidades**

**Largura Total:** 140 cm a 160 cm

**Profundidade Total:** 75 cm a 85 cm

**Altura Total:** 80 cm a 90 cm

**Código CATMAT (Governo Federal):** Código do item 232003

#### **ITEM 3 - Poltrona com 3 lugares: 5 unidades**

**Largura Total:** 190 cm a 220 cm

**Profundidade Total:** 75 cm a 85 cm

**Altura Total:** 80 cm a 90 cm

**Código CATMAT (Governo Federal):** Código do item 232003

**1.3.1.1.Material:** Estrutura em madeira maciça, revestimento em tecido de alta resistência, espuma de alta densidade

#### **1.3.1.2.Características:**

As poltronas deverão possuir estrutura interna em madeira maciça de reflorestamento ou compensado naval tratado contra umidade, fungos e cupins, com reforços internos em travessas e cantoneiras metálicas, garantindo alta rigidez e durabilidade mesmo em ambientes de uso intenso. Cada assento deve suportar no mínimo 150 kg, sendo necessária a apresentação de laudo ou certificado do fabricante comprovando a capacidade de carga e a conformidade com normas de segurança e qualidade para mobiliário corporativo.

O estofamento deverá ser confeccionado com espuma de alta performance, com densidade mínima D33 no assento e D28 no encosto, espessura mínima de 10 cm no





assento e 8 cm no encosto. O revestimento deve ser em tecido ou couro sintético de alto padrão, na cor preta, com resistência mínima de 30.000 ciclos Martindale.

As costuras deverão ser reforçadas, utilizando costura dupla ou tripla, com linha de alta resistência e travetes nas junções entre braços, assento e encosto. As costuras devem apresentar alinhamento uniforme, sem fios soltos ou falhas, garantindo durabilidade e acabamento premium. Os pés devem ser confeccionados em madeira maciça ou metal, com fixação reforçada por parafusos e buchas metálicas, acabamento envernizado ou pintura eletrostática anticorrosiva, e sapatas niveladoras antiderrapantes que assegurem estabilidade e evitem desgaste do piso.

Para comprovação das especificações, o fornecedor deverá apresentar ficha técnica detalhada ou amostra física para conferência de dimensões, densidade das espumas, qualidade das costuras e robustez da estrutura.

Será exigida garantia mínima de 12 meses com assistência técnica e substituição em caso de defeitos de fabricação ou não conformidade com os requisitos estabelecidos.

### **1.3.2. GRUPO 2**

#### **ITEM 4 - Tapete Capacho de Vinil:**

**1.3.2.1.Quantidade:** 8 unidades

**1.3.2.2.Dimensões:** 1,00 metro x 1,20 metro

**1.3.2.3.Material:** Vinil de alta resistência

**1.3.2.4.Características:** Composição: 100% PVC, costado sólido antiderrapante, antichamas, lavável, resistente à umidade. Espessura mínima de 12mm.

**1.3.2.5.Código CATMAT (Governo Federal):** Código do item 248159

**1.3.2.6.** Garantia mínima de 3 meses.

### **1.3.3. GRUPO 3**

#### **ITEM 5 - Púlpito de Acrílico para Tribuna:**

**1.3.3.1. Quantidade:** 1 unidade

**1.3.3.2. Material:** Acrílico transparente de alta qualidade

**1.3.3.3. Dimensões aproximadas:** Altura 110cm, Largura 49cm, Profundida 40cm, Espessura mínima de 6mm

**1.3.3.4. Características:** Púlpito de Acrílico, torre com duas placas paralelas e uma central, suporte de água, base em acrílico cristal com pés de silicone, com mesa superior ampla e projetada com ressalto dobrado em “L” para conter objetos sobre a mesa.

**1.3.3.5. Código CATMAT (Governo Federal):** Código do item 444201

**1.3.3.6.** Garantia mínima de 3 meses.



#### **1.3.4. GRUPO 4**

##### **ITEM 6 - Cadeira Ergonômica tipo Presidente:**

**1.3.4.1. Quantidade:** 19 unidades

**1.3.4.2. Material:** Revestimento em couro sintético de alta qualidade.

**1.3.4.3. Características:**

A cadeira deverá ser do tipo Presidente, giratória e ergonômica, com encosto alto (mín. 70 cm), assento de no mínimo 50 cm de largura por 48 cm de profundidade e regulagem de altura entre 45 cm e 55 cm. O assento e encosto devem ser estofados com espuma injetada de alta densidade (mín. D45), espessura de 5 cm no assento e 4 cm no encosto, revestidos em couro sintético (PU) preto de alta resistência e fácil limpeza, com costura dupla reforçada, pontos uniformes e travetes em áreas de maior esforço. A base metálica (aço cromado ou alumínio) deve ter diâmetro mínimo de 65 cm, cinco rodízios duplos silenciosos (mín. 50 mm), mecanismo de regulagem a gás e sistema de inclinação tipo relax com ajuste de tensão e bloqueio. Braços fixos ou reguláveis com apoios acolchoados em PU.

A cadeira deverá apresentar costura dupla ou tripla nas bordas e áreas de maior esforço, utilizando linha de alta resistência (nylon ou poliéster), com pontos uniformes e firmes, sem fios soltos ou falhas, mantendo padrão de 3 a 5 pontos por centímetro. Devem existir reforços do tipo travete (costura cruzada ou quadrada) nas junções de assento, encosto e braços, assegurando maior durabilidade. A comprovação será realizada por meio de ficha técnica ou análise da amostra física, verificando visualmente o alinhamento e a resistência do acabamento.

A cadeira deve suportar no mínimo 120 kg, atender à NR-17 e à ABNT NBR 13962, com revestimento PU resistente a pelo menos 30.000 ciclos de abrasão Martindale. O acabamento deve ser de padrão superior, sem fios soltos ou falhas. O fornecedor deve apresentar ficha técnica ou amostra para conferência de dimensões, costura, estabilidade e regulagens antes do fornecimento.

Garantia mínima de 5 anos e assistência técnica no Brasil.

**1.3.4.4. Código CATMAT (Governo Federal):** Código do item 206169

#### **1.3.5. GRUPO 5**

##### **ITEM 7 - Cadeira Giratória com Espaldar Médio/Alto**

**1.3.5.1. Quantidade:** 40 unidades

**1.3.5.2. Material:** Revestimento em tecido, base giratória em nylon, braços ajustáveis

**1.3.5.3. Características:** Cadeira Giratória com Espaldar Médio/Alto na cor azul royal



**ENCOSTO:** Curvatura anatômica no encosto de forma a permitir a acomodação das regiões dorsal e lombar, adaptando-se melhor à coluna vertebral e com ajuste de reclinção e da altura do encosto.

Estofado injetado com espuma de poliuretano, com no mínimo 40 mm de espessura. Encosto composto de chassi de polipropileno (PP) ou nylon com alta resistência a impacto e fadiga. Capa do encosto em tecido na cor azul royal (padrão existente).

**BRAÇOS:** Estrutura em formato “T”, na cor preta, com apoio anatômico de no mínimo 230 mm de profundidade e 70 mm de largura, em poliuretano cor preta. Regulagem de no mínimo 5 posições.

**ASSENTO:** Estrutura confeccionada com compensado prensado de espessura mínima de 14mm. Assento com espuma anatômica em poliuretano injetado de espessura mínima de 50mm, com densidade entre 50 a 60 kg/m<sup>3</sup>, com tratamento anti-chamas, indeformável. Capa do assento em tecido na cor azul royal.

**MECANISMO:** Mecanismo de reclinção com placa em chapa de aço ou alumínio injetado, com tratamento anticorrosivo.

Mecanismo sincronizado que permite ajustar:

- O travamento em vários ângulos
- Tensão do sistema de reclinção
- Altura do encosto

**PISTÃO:** Regulagem de altura por acionamento a gás, com ajuste mínimo de 100 mm. Coluna fabricada em tubo de aço pintada com epóxi à pó.

**BASE:** Estrutura com 5 hastes (pernas) feita em nylon injetado 6.6 ou aço, ou polipropileno injetado.

**RODÍZIO:** Rodízios de duplo giro com diâmetro mínimo de 50 mm, com eixo fabricado em aço. Material do rodízio injetado em poliuretano para evitar atrito com o chão.

Garantia mínima de 5 anos e assistência técnica no Brasil

**MARCAS DE REFERÊNCIA:** Bortolini, Caderode, Cavaletti, Marelli, similar ou superior.

#### 1.3.5.4. Código CATMAT (Governo Federal): Código do item 206169

#### 1.3.6. GRUPO 6

##### ITEM 8 - Cadeira Giratória para Obeso (até 150kg):

##### 1.3.6.1. Quantidade: 5 unidades



**1.3.6.2. Material:** Revestimento em tecido resistente, base giratória reforçada em aço, braços ajustáveis na cor azul royal

### **1.3.6.3. Características:**

**ENCOSTO:** Compensado multilaminado 20 mm de espessura; Espuma expandida / laminada com 60 mm de espessura media e densidade de 33 kg/m<sup>3</sup>.

**BRAÇOS:** Apoia braços em Polipropileno Copolímero injetado, com alma de aço SAE 1020 pintada, regulagem de altura com botão, proporcionar no mínimo 6 posições e 85 mm de curso. Chapa para fixação no assento com 2 furos oblongos, permitindo regulagem lateral por parafuso com auxílio de chave. - A fixação do braço ao assento é feita com parafusos sextavados tipo flangeado com trava mecânica no flange, na bitola ¼"x 20 fpp e porcas de garra encravadas e rebitasadas na madeira.

**ASSENTO:** Compensado multilaminado de no mínimo 20 mm de espessura; Espuma expandida / laminada com 60 mm de espessura media e densidade de 33 kg/m<sup>3</sup>; Acabamento nas bordas com perfil; Revestimento em tecido poliéster.

**BASE:** Base giratória desmontável com aranha estampada de hastes de aço com pino de rodízio soldado na extremidade da haste, evitando que se soltem, apoiada sobre 5 rodízios duplo de giro e duplo rolamento com 50 mm de diâmetro em nylon com capa, semiesfera plástica injetada junto a estrutura que facilita o giro, banda de rolagem em nylon para uso em carpetes tapetes e similares.

**COLUNA:** Coluna central desmontável fixada por encaixe cônico, com rolamento axial de giro, possuindo arruelas de aço temperado de alta resistência, sistema de regulagem da altura da cadeira com mola a gás reforçada por tubo duplo e válvula especial (exclusiva), bucha mancal de giro injetada em POM e recalibrada, recoberta por capa telescópica injetada em polipropileno copolímero na cor preta. Sistema de regulagem de altura da cadeira por coluna de mola à gás com acionamento por alavanca. Telescópico injetado em polipropileno copolímero texturizado, dividido em 3 partes encaixadas, usado para proteger a coluna. fixada por encaixe cônico, rolamento axial de giro, esferas e arruelas de aço temperado de alta resistência, sistema de regulagem de altura da cadeira com mola a gás reforçada por tubo duplo e válvula especial (exclusiva), regulagem feita por alavanca;

**MECANISMO:** Monobloco com tipo relax, com sistema de travamento na posição de trabalho ou em livre flutuação, com ajuste de tensão da mola através de manípulo frontal, e alavanca de acionamento da coluna a gás. Devendo suportar no mínimo 140 kg.

### **DIMENSÕES MÍNIMAS:**

Largura do assento: 550 mm

Largura do encosto: 550 mm

Profundidade do assento: 500 mm

Altura do assento: 500 mm

Largura total: 700 mm



Profundidade total: 700 mm

Garantia mínima de 5 anos e assistência técnica no Brasil.

**MARCAS DE REFERÊNCIA:** Bortolini, Caderode, Cavaletti, Marelli, similar ou superior.

**1.3.6.4.Código CATMAT (Governo Federal):** Código do item 206169

### 1.3.7 GRUPO 7

#### ITEM 9 - Mesa Reta com Duas Gavetas:

**1.3.7.1. Quantidade:** 20 unidades

**1.3.7.2. Dimensões:** 1,40 metro x 0,60 metro x 0,74 metro

**1.3.7.3. Material:** Tampo em MDF com revestimento melamínico, estrutura em aço com pintura epóxi

**1.3.7.4. Características:**

**TAMPO:** Produzido em madeira MDP termoestabilizada em chapa única com densidade entre 660 a 700 kg/m<sup>3</sup> acima de 25mm de espessura, revestida em ambas as faces com melamínico BP na cor Málagas /preto, acabamento nas laterais e frente da mesa em perfil ABS (NBR 13966).

**PÉS:** em aço produzido em aço SAE 1010 a 1012, coluna sistema monobloco produzido em chapa única 0,75mm, possui calha móvel com abertura oblongular para passagens de cabos, que facilita sua inspeção e manutenção, tratamento antiferruginoso e pintura eletrostática a pó (epóxi) na cor málagas, sapatas niveladoras que eliminam qualquer desnível do piso, altura 74cm, montagem através de parafusos girofix.

Perfil ABS 2mm chanfrado a 45° colado em máquina.

**1.3.7.5. Código CATMAT (Governo Federal):** Código do item 601809

### 1.3.8. GRUPO 8

#### ITEM 10 - Mesa Multiuso Retangular:

**1.3.8.1. Quantidade:** 1 unidade

**1.3.8.2. Dimensões aproximadas:** Altura: 73cm x Largura 270cm x Profundidade 90cm

**1.3.8.3.Características:**

A mesa multiuso retangular deverá possuir **dimensões aproximadas de 73 cm de altura, 270 cm de largura e 90 cm de profundidade**, atendendo às normas ergonômicas aplicáveis (NR-17) para uso em ambientes corporativos e de reuniões. O **tampo deverá ser produzido em madeira MDP termoestabilizada**, com densidade entre 660 a 700 kg/m<sup>3</sup> e **espessura mínima de 38 mm**, revestido em ambas as faces com **melamínico BP**



na cor Málaga. O acabamento das bordas laterais e frontais do tampo deverá ser realizado em perfil **ABS de 2 mm** na mesma tonalidade, com **bordas arredondadas de 1 mm**, garantindo segurança e maior durabilidade do mobiliário.

A estrutura de sustentação poderá ser composta por **bases laterais em chapa de madeira MDP ou estrutura metálica em aço com pintura epóxi**, devendo, em ambos os casos, possuir **pés com regulagem de altura**, que assegurem estabilidade em diferentes tipos de piso. A mesa deverá contar com **painel frontal em MDP termoestabilizado de 18 mm de espessura**, revestido em ambas as faces com melamínico BP na cor Málaga/preto, com acabamento inferior em perfil ABS de 2 mm. Deverão ser incluídas **duas caixas de tomadas embutidas no tampo**, para melhor organização e funcionalidade em reuniões e atividades de trabalho, permitindo o uso de equipamentos eletrônicos de forma segura e prática. O produto deverá apresentar **acabamento em linha de alto padrão**, atendendo aos requisitos de resistência, estética e uso contínuo em escritório.

O produto deverá apresentar **acabamento em linha de alto padrão**, atendendo aos requisitos de resistência e estética compatíveis com uso contínuo em escritório. Além de atender às normas técnicas aplicáveis, a mesa deverá ser fornecida **nova, sem uso prévio, com garantia do fabricante** e adequada para atividades diversas, como reuniões e trabalhos colaborativos. As características descritas visam assegurar **qualidade, ergonomia, segurança e longa vida útil** ao mobiliário adquirido pela Administração Pública.

A mesa deverá ser fornecida **nova, sem uso prévio, com garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação**, contados a partir da data de entrega e aceite definitivo pela fiscalização. O fornecedor deverá assegurar a substituição ou reparo do produto dentro do prazo de garantia, sem ônus adicional para a Administração.

**Código CATMAT (Governo Federal):** Código do item 601809

### 1.3.9. GRUPO 9

#### ITEM 11 - Mesa de Reunião Retangular (2,00m):

**1.3.9.1 Quantidade:** 1 unidade

**1.3.9.2 Dimensões aproximadas:** Largura 2,00 metros x Profundidade 0,90 metro x Altura 0,74 metro.

**1.3.9.3 Material:** Tampo em MDP com revestimento melamínico, estrutura em aço ou painel MDP.

**1.3.9.4 Características:**

**TAMPO:** Produzido em madeira MDP termoestabilizada, com densidade entre 660 a 700 kg/m<sup>3</sup> e espessura mínima de 25mm (ou superior), revestida em ambas as faces com melamínico BP na cor Málaga (ou conforme padrão estabelecido), acabamento nas laterais em perfil ABS de 2mm chanfrado ou arredondado (raio min. 1mm).



**ESTRUTURA:** Pés ou painéis laterais em MDP ou estrutura metálica em aço com pintura eletrostática a pó (epóxi) na cor preta ou malaga, com tratamento antiferruginoso. Deve possuir sapatas niveladoras para corrigir desníveis do piso e garantir estabilidade.

**CONECTIVIDADE:** A mesa deverá contar com caixa de tomadas (ou calha) embutida no tampo para passagem de fiação de energia e dados, facilitando a conexão de equipamentos (notebooks, projetores) durante reuniões.

**ACABAMENTO:** Padrão superior, sem arestas cortantes, atendendo às normas da ABNT e NR-17 quanto à ergonomia (altura e espaço para pernas).

**1.3.9.5. Código CATMAT (Governo Federal):** Código do item 601809

### **1.3.10. GRUPO 10**

#### **ITEM 12 - Baia de Atendimento (Call Center/Atendimento):**

**1.3.10.1 Quantidade:** 3 unidades

**1.3.10.2 Dimensões aproximadas:** Largura 0,80 metro x Profundidade 0,60 metro x Altura 1,20 metro (painel divisor).

**1.3.10.3 Material:** MDP com revestimento melamínico BP.

#### **1.3.10.4 Características:**

- **ESTRUTURA/PAINÉIS:** Estação de trabalho composta por painéis laterais e frontal em MDP com espessura mínima de 18mm ou 25mm, revestidos em melamínico BP na cor Malaga/Preto ou cor cinza. A altura dos painéis divisores deve ser de aproximadamente 1,20m, garantindo privacidade visual para o operador sentado e redução de ruído.
- **TAMPO DE TRABALHO:** Produzido em MDP maciço de 25mm de espessura, com revestimento melamínico de alta resistência a riscos e abrasão. Borda frontal com acabamento ergonômico em perfil ABS de 2mm (arredondado 180° ou chanfrado), garantindo conforto ao usuário (evitando compressão nos antebraços).
- **GERENCIAMENTO DE CABOS:** O tampo deve possuir passa-fios ou calha berço para acomodação da fiação elétrica e lógica, mantendo a organização da estação.
- **NIVELAMENTO:** O mobiliário deve possuir sapatas niveladoras em nylon ou material similar, com regulagem de altura para adaptação a desníveis do piso, evitando contato direto da madeira com o chão (proteção contra umidade).





- **ERGONOMIA:** O produto deve atender aos requisitos dimensionais da NR-17 para trabalho sentado, garantindo espaço livre para movimentação das pernas.

#### **1.3.10.5 Código CATMAT (Governo Federal):** Código do item 469607

#### **1.3.10.6** Garantia mínima de 3 meses.

### **CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO, GARANTIA (DO PRODUTO OU SERVIÇO) E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

- 1.3.11** A contratada deverá assegurar a qualidade dos produtos fornecidos, concedendo garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação para as mesas e de 5 (cinco) anos para as cadeiras, ambas contadas a partir do recebimento definitivo dos bens.
- 1.3.12** Durante o período de garantia, todo reparo ou substituição de peças/produtos deverá ser realizado sem ônus para a Administração, incluindo transporte e deslocamento técnico.
- 1.3.13** Caso o reparo não seja possível no prazo de 30 (trinta) dias corridos, o fornecedor deverá substituir o produto por outro idêntico ou superior, sem custo adicional.
- 1.3.14** O fornecedor deverá manter assistência técnica autorizada no território nacional, com atendimento em até 48 (quarenta e oito) horas úteis após o chamado.

## **1.4 Requisitos da contratação**

- 1.4.1.** A execução do objeto deverá ocorrer na sede da Câmara de Vereadores de Joinville, localizada na Av. Hermann August Lepper, 1.100 – Saguau – Joinville – SC. CEP 89221-005, no horário das 08:00 às 18:00, de segunda a sexta-feira.
- 1.4.2.** O transporte, manuseio e instalação dos mobiliários serão de responsabilidade exclusiva da contratada, que deverá seguir as orientações da Divisão de Patrimônio e Infraestrutura da Câmara.
- 1.4.3.** A contratada deverá fornecer todos os insumos, ferramentas e mão de obra necessários à execução do objeto, atendendo às normas da ABNT aplicáveis e às exigências de segurança do trabalho.
- 1.4.4.** A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão contratual.

## **1.5. Modelo de execução do contrato / vigência do contrato e possibilidade de prorrogação**



- 1.5.1. O contrato relativo a este termo terá vigência de 12 meses, contados a partir da data de sua assinatura.

**1.6. Modelo de execução do contrato / prazos, local, forma e condições de fornecimento ou de prestação do serviço**

- 1.6.1. Local: os produtos deverão ser entregues na sede da Câmara de Vereadores de Joinville, na Av. Hermann August Lepper, 1.100 – Saguazu – Joinville – SC. CEP 89221-005, sem quaisquer ônus adicionais.
- 1.6.2. O prazo para entrega será de **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir do recebimento da ordem de serviço.
- 1.6.3. O fornecimento será feito em lote único, abrangendo todos os itens especificados no Termo de Referência, com transporte, descarga e instalação sob responsabilidade do contratado.

**1.7. Modelo de execução do contrato / obrigações da contratada**

- 1.7.1. A CONTRATADA é responsável direta pelo fornecimento/execução do objeto deste contrato, respondendo civil e criminalmente por todos os danos e prejuízos que venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar à CONTRATANTE ou a terceiros.
- 1.7.2. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações, prazos e condições constantes deste termo e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.
- 1.7.3. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 1.7.4. Proceder às correções que se fizerem necessárias para a perfeita execução do objeto contratado, de acordo com a fiscalização da CONTRATANTE.
- 1.7.5. Durante a vigência do contrato, a CONTRATADA não poderá contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.
- 1.7.6. A CONTRATANTE ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.



- 1.7.7. Atender às determinações regulares emitidas bem como os prazos estabelecidos pelos fiscais, gerenciador ou gestor do contrato, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados, nos termos prescritos no **Ato da Mesa nº 86/2023<sup>1</sup>**.
- 1.7.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante.
- 1.7.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a contratação.
- 1.7.10. Sempre que solicitado e conforme prazos estabelecidos pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, a comprovação da manutenção das condições de habilitação fiscal, social e trabalhista, conforme exigido em edital.
- 1.7.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato.
- 1.7.12. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique na execução do objeto contratual.
- 1.7.13. Manter, bem como garantir que seus empregados mantenham sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar ciência em razão da execução do objeto do contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido.
- 1.7.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

---

<sup>1</sup> Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a1/sc/j/joinville/ato-da-mesa/2023/9/86/ato-da-mesa-n-86-2023-regulamenta-o-3-do-art-8-da-lei-n-14133-de-1-de-abril-de-2021-para-dispor-sobre-regras-e-diretrizes-para-a-atuacao-do-agente-de-contratacao-da-equipe-de-apoio-da-comissao-de-contratacao-e-dos-gestores-e-fiscais-de-contratos-no-ambito-da-camara-de-veredores-de-joinville>



- 1.7.15. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133/2021).
- 1.7.16. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021).
- 1.7.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 1.7.18. A CONTRATADA deverá fornecer obrigatoriamente produtos das marcas e modelos estabelecidos no contrato, sob pena de não aceitação dos itens e aplicação de multa.
- 1.7.19. Excepcionalmente, em caso de impossibilidade do fornecimento de produtos das marcas/modelos estabelecidas no contrato, a CONTRATADA deverá relatar o fato por escrito à CONTRATANTE com justificativa devidamente fundamentada, com a proposição de fornecimento de novas marcas/modelos, demonstrando de forma inquestionável a compatibilidade com as especificações mediante apresentação de amostras, ficha técnica, literatura técnica, certificações, etc., em, no máximo, até 4 (quatro) dias úteis após a solicitação da CONTRATANTE.
- 1.7.20. A fiscalização da CONTRATANTE juntamente com a área requisitante, avaliará a compatibilidade das amostras dos produtos das novas marcas com as especificações e encaminhará relatório detalhado à Divisão de Gerenciamento de Contratos para aprovação da Administração.
- 1.7.21. Sendo aceitáveis os motivos apresentados e comprovado que possuem qualidade e características iguais ou superiores às originalmente contratadas, a Administração poderá aceitar a substituição.
- 1.7.22. A CONTRATADA somente estará autorizada a fornecer produto de marca diversa, após o recebimento da autorização formal da CONTRATANTE.



- 1.7.23. Cumprir rigorosamente as normas da ABNT, NR's do Ministério do Trabalho e demais legislações pertinentes.
- 1.7.24. Fornecer, às suas expensas, todos os materiais, equipamentos, ferramentas e mão de obra necessários à execução do objeto.
- 1.7.25. Cumprir integralmente as obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos empregados envolvidos na execução do objeto.
- 1.7.26. Informar imediatamente à Administração qualquer ocorrência que possa prejudicar a execução do contrato.
- 1.7.27. Responder por todos os danos e prejuízos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução do contrato.
- 1.7.28. Substituir, sem ônus para a Administração, todo produto ou serviço entregue em desconformidade com as especificações contratadas.

#### **1.8. Modelo de execução do contrato / obrigações da contratante**

- 1.8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos.
- 1.8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.8.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.
- 1.8.4. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido ou executado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 1.8.5. Comunicar à CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução/fornecimento do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução/fornecimento do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.8.6. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente contrato.
- 1.8.7. Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e no contrato, e adotar as demais medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA.



- 1.8.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 1.8.9. A Administração terá o prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 1.8.10. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.
- 1.8.11. Subsidiar a CONTRATADA com informações necessárias ao fiel e integral cumprimento do contrato.
- 1.8.12. Fiscalizar a execução deste contrato, por intermédio dos fiscalizadores.
- 1.8.13. Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada à realização do serviço.
- 1.8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 1.8.15. Fornecer à CONTRATADA, tempestivamente, todas as informações e documentos necessários para a execução do objeto.
- 1.8.16. Garantir à CONTRATADA acesso às áreas e instalações necessárias para a execução do objeto, nos horários previamente definidos.
- 1.8.17. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, conforme prazos e condições estabelecidos no contrato, desde que cumpridas as exigências contratuais e legais.
- 1.8.18. Somente serão realizados pagamentos mediante apresentação de nota fiscal/fatura acompanhada do atesto do fiscal do contrato.
- 1.8.19. Garantir que as alterações contratuais sejam precedidas de justificativa e termo aditivo, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## **1.9. Modelo de execução do contrato / regime de execução e/ou forma de fornecimento**

- 1.9.1. O fornecimento será feito por grupo de itens, abrangendo os totais especificados no Termo de Referência.

## **1.10. Modelo de execução do contrato / especificação da garantia de execução**



Não se aplica.



### **1.11. Modelo de gestão do contrato / sugestão de fiscalizadores (no mínimo 3)**

1.11.1. Sugere-se a designação dos seguintes servidores para atuarem como fiscais do contrato:

- Nion Maron Dransfeld - Chefe da Divisão de Patrimônio e Infraestrutura
- Paulo Ribeiro - Chefe da Divisão de Serviços Gerais
- Amanda Palmeira - Assessora de Serviços Patrimoniais

1.11.2. Os fiscais deverão acompanhar a execução do contrato, verificando a conformidade técnica e administrativa, registrando eventuais ocorrências e comunicando ao gestor do contrato quaisquer irregularidades.

### **1.12. Modelo de gestão do contrato / critérios de recebimento, medição e pagamento / recebimento**

1.12.1. O contrato será acompanhado e fiscalizado por servidores designados em conformidade com os artigos 6º a 10º do Ato da Mesa nº 86/2023 ou outro diploma legal que vier a substituí-lo, que terão as atribuições dispostas no referido Ato, nos artigos 18 e seguintes.

1.12.2. A fiscalização procederá ao recebimento do objeto nos termos do artigo 140 da Lei nº 14.133/2021.

1.12.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

1.12.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução ou fornecimento será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

1.12.5. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica, preferencialmente por e-mail institucional, para esse fim. Outras comunicações poderão ser realizadas por outro meio hábil acordado entre a Câmara de Vereadores de Joinville e a CONTRATADA.

1.12.6. A CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas nos termos e prazos previamente estabelecidos.





1.12.7. Caso o prazo estipulado no item anterior seja verificado insuficiente para que sejam sanadas todas as deficiências anotadas, poderá ser concedida uma dilatação do prazo pelos fiscalizadores da CONTRATANTE.

1.12.8. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a CONTRATANTE poderá convocar o representante da CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

1.12.9. Apesar da ampla fiscalização por parte da CONTRATANTE, em nenhuma hipótese eximir-se-á a CONTRATADA das responsabilidades fixadas pelo Código Civil.

1.12.10. A não observância dos termos do contrato decorrente deste termo de referência sujeitará a CONTRATADA às sanções dispostas em contrato.

### **1.13. Modelo de gestão do contrato / critérios de recebimento, medição e pagamento / liquidação**

1.13.1. Os bens serão recebidos pelos fiscais técnicos e pelo gestor do contrato, mediante termos detalhados, nas condições e prazos a seguir dispostos, quando verificado o cumprimento das exigências contratuais.

1.13.2. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo fiscal técnico do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

1.13.3. Em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, os fiscais técnicos deverão emitir documento atestando a conformidade ou inconformidade do objeto em face das exigências contratuais de caráter técnico.

1.13.4. Caso se verifique que não houve cumprimento das exigências de caráter técnico, o fiscal técnico emitirá documento atestando o ocorrido e definirá prazo para sua regularização.

1.13.5. O fiscal administrativo do contrato realizará a conferência do cumprimento das exigências de caráter administrativo e emitirá documento a ser encaminhado ao gestor do contrato.

1.13.6. Em até 05 (cinco) dias úteis contados do ateste da conformidade do produto e do cumprimento das obrigações técnicas e administrativas previstas no contrato, o gestor emitirá Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo do objeto entregue, com base nos relatórios e documentos apresentados.



- 1.13.7. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 1.13.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, em observância ao art. 143 da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATANTE solicitará à empresa a emissão de nota fiscal referente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 1.13.9. O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na documentação apresentada, no fornecimento do objeto ou para saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela CONTRATANTE durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para fins de recebimento definitivo.
- 1.13.10. O recebimento provisório ou definitivo emitido pela CONTRATANTE não isentará a CONTRATADA das responsabilidades fixadas pelo Código Civil e legislação pertinente.
- 1.13.11. Os prazos para recebimento poderão ser excepcionalmente prorrogados, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências pela CONTRATANTE para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**1.14. Modelo de gestão do contrato / critérios de recebimento, medição e pagamento / prazo e forma de pagamento**

**1.14.1. Medição:**

1.14.1.1. A avaliação da execução do objeto considerará o atendimento aos prazos e condições estabelecidas neste termo.

1.14.1.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada e registrada de acordo com o item 1.14.1.1, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

- a) Não produziu os resultados acordados,
- b) Deixou de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- c) Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

1.14.1.3. O pagamento será efetuado após a entrega dos itens.



### **1.14.2. Liquidação**

1.14.2.1. A liquidação da Nota Fiscal, consiste no recebimento definitivo e aceite do objeto contratado, e ocorrerá após a conferência da Nota Fiscal e termos de recebimentos, conforme exigidos contratualmente.

1.14.2.2. Após o recebimento da Nota Fiscal e dos termos de recebimento, a CONTRATANTE terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

1.14.2.3. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

1.14.2.4. A Nota fiscal deverá ser apresentada na entrega dos itens contratados.

1.14.2.5. A Nota Fiscal deverá ser emitida em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal, com destaque, quando exigíveis, das retenções tributárias de acordo com a legislação vigente que a empresa está sujeita, sob pena de responder sobre informações incorretas.

1.14.2.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo da cláusula 1.14.2.2. após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à CONTRATANTE.

1.14.2.7. A Administração verificará se a CONTRATADA mantém as condições de habilitação exigidas no edital ou se existe alguma proibição de contratar com o Poder Público imposta no âmbito do órgão ou entidade.

1.14.2.8. Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado, a critério da CONTRATANTE.

1.14.2.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

1.14.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto durante os prazos citados nas cláusulas 1.14.2.8 e 1.14.2.9 acima, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.



### **1.14.3. Prazo e forma de pagamento**

1.14.3.1. Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 07 (sete) dias úteis contados da finalização da liquidação de acordo com a seção anterior, que se dará com o seu registro na Divisão de Orçamento e Contabilidade.

1.14.3.2. No caso de atraso pela CONTRATANTE, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

1.14.3.3. Os pagamentos serão efetuados através de depósito eletrônico, em conta corrente em nome da CONTRATADA.

1.14.3.4. Para possibilitar o pagamento através de depósito eletrônico, os dados bancários (banco, agência e conta) deverão ser informados pela CONTRATADA.

1.14.3.5. Na realização do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável vigente, independentemente do percentual de tributo inserido na planilha de preços contida na proposta comercial, quando houver.

1.14.3.6. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, deverá mencionar na Nota Fiscal a opção pelo regime e apresentar, declaração original assinada de acordo com a legislação da Receita Federal do Brasil, comprovando que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

1.14.3.7. Os débitos da CONTRATADA para com a Administração, resultantes de multa administrativa ou indenizações, poderão ser descontados dos pagamentos relativos ao contrato a que se refere este termo.

### **1.15. Modelo de gestão do contrato / critérios de recebimento, medição e pagamento / forma e critérios de seleção do fornecedor**

1.15.1 A seleção do fornecedor **será realizada por meio de pregão eletrônico**, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto regulamentador aplicável.

1.15.2. O critério de julgamento adotado será menor preço por item, conforme especificações e quantitativos definidos no Termo de Referência.



- 1.15.3. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços inexequíveis ou que não atendam às especificações mínimas exigidas.
- 1.15.4. Propostas que contenham informações incompletas ou divergentes em relação ao Termo de Referência serão automaticamente desconsideradas.
- 1.16. **Modelo de gestão do contrato / critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas**

1.16.1. Não se aplica ao objeto, uma vez que o critério de julgamento será o de menor preço.

### **1.17. Habilitação**

#### **1.17.1 Habilitação Jurídica:**

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores (ou documento equivalente na forma da Lei).

Observação: O Ato Constitutivo do licitante deverá contemplar, dentre os objetivos sociais, atividade compatível com o objeto licitado.

Observação 2: A documentação a que se refere a alínea “a” acima poderá ser apresentada apenas no credenciamento, não sendo necessária a entrega de duas cópias do mesmo documento.

#### **1.17.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Certidão Negativa de débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- e) Prova de regularidade relativa à Fazenda Estadual da sede da proponente; e
- f) Prova de regularidade relativa à Fazenda Municipal da sede da proponente.

1.17.2.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto desta licitação, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



### 1.17.3. Qualificação Econômico-Financeira:

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da empresa licitante.

1.17.4. Para documentos que não contiverem data de validade expressa, considerar-se-á a validade de 60 (sessenta) dias a partir da data de emissão.

1.17.5. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação atinente à regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, conforme determina o art. 43 da Lei Complementar no 123/2006.

## 1.18. DA SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA

1.18.1. Antes de declarar o vencedor, o Pregoeiro poderá solicitar ao licitante com o menor preço, provisoriamente declarado vencedor, que apresente amostras dos itens cotados, a fim de constatar a conformidade com as especificações exigidas neste edital.

1.18.2. Fica estipulado o prazo de até 10 (dez) dias úteis, a partir da solicitação, para que a empresa com menor preço apresente as amostras, sob pena de desclassificação e aplicação de penalidades previstas no presente edital e na legislação vigente.

1.18.3. O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Pregoeiro, desde que a solicitação, devidamente justificada, seja formalizada antes do encerramento do prazo inicialmente estipulado.

1.18.4. As amostras deverão ser entregues no Almoxarifado da Câmara de Vereadores de Joinville, devidamente identificadas, no horário das 14h às 18h.

1.18.5. As amostras deverão ser apresentadas em suas embalagens originais, para possibilitar a verificação de conformidade com as exigências do edital.

1.18.6. A análise e aprovação das amostras serão de responsabilidade da área requisitante dos materiais.

1.18.7. As amostras apresentadas poderão ser abertas, utilizadas e submetidas aos testes necessários.

1.18.8. Amostra não aprovada deverá ser retirada pelo licitante, no prazo de até 30 (trinta) dias a partir da comunicação, sob pena de ser descartada.

1.18.9. Amostra aprovada será encaminhada ao setor responsável pelo recebimento dos produtos, ficando em seu poder até a entrega, para efeito de comparação com o produto entregue.

1.18.10. A não aprovação da amostra entregue gerará a desclassificação da proposta da licitante no item.



1.18.11. Em caso de impossibilidade de apresentação de amostras de produtos das marcas/modelos constantes na proposta comercial, e desde que tecnicamente viável, a licitante poderá encaminhar amostra de item de marca similar ou superior, acompanhada de justificativa devidamente fundamentada para tal substituição, com previsto no Edital.

1.18.11.1. Sendo a justificativa de substituição aprovada pelo pregoeiro, a amostra será avaliada pelo setor requisitante.

1.18.11.2. Havendo a aprovação da amostra, a proposta comercial da licitante ficará vinculada à marca analisada.

1.18.11.3. Ainda que ocorra a alteração de marca, a licitante deverá manter o último valor ofertado na proposta comercial, fase de lances ou negociação de preços.

1.18.12. A não apresentação da amostra, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração, equivalerá à não manutenção da proposta, conduta passível de penalização e gerando a desclassificação da proposta para o item.

1.18.13. Independentemente da solicitação de amostras, o Pregoeiro poderá solicitar à área requisitante que analise a proposta do licitante com o menor preço, de modo a verificar o atendimento aos requisitos e a conformidade com as especificações do edital.

1.18.14. Os mesmos critérios de avaliação de amostras serão aplicados para o recebimento de cada lote a ser fornecido.

## **1.19. SANÇÕES CONTRATUAIS**

**1.19.1.** As sanções que poderão ser aplicadas à *CONTRATADA* estão previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Legislativo nº 99/2024, da Câmara de Vereadores de Joinville, no edital de licitação e no respectivo contrato administrativo.

**1.19.2.** A *CONTRATADA* será responsabilizada pelo cometimento das seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação, sem motivo justificado;
- e) descumprir as obrigações decorrentes do contrato;
- f) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;





- g) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza na execução do contrato;
- i) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- j) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**1.19.3.** Considera-se a conduta prevista na alínea "**b**" do item 1.19.2 como sendo o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pela *CONTRATADA*.

**1.19.4.** Considera-se a conduta da alínea "**d**" do item 1.19.2 como sendo o atraso que importe em consequências graves à Administração em razão do descumprimento das obrigações contratuais.

**1.19.5.** Considera-se a conduta da alínea "**g**" do item 1.19.2 como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos da Câmara de Vereadores de Joinville, com exceção da conduta disposta no inciso "**f**" do item 1.19.2

**1.19.6.** Considera-se a conduta do inciso "**h**" do item 1.19.2 como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da execução contratual.

**1.19.7.** Poderão ser cominadas à *CONTRATADA*, garantidos os direitos ao contraditório e à ampla defesa, as seguintes sanções:

I) **Advertência**, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a *CONTRATADA* não atender às determinações regulares emitidas, bem como os prazos estabelecidos pelos fiscais, gerenciador ou gestor do contrato, ou quando der causa à inexecução parcial do contrato, até o limite de 02 (duas) advertências para a mesma conduta, a partir do qual a *CONTRATADA* estará sujeita à aplicação das multas abaixo relacionadas;

II) **Multa**, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrada administrativamente ou judicialmente:

**a) de até 5%**, sobre o valor total da contratação, pelo cometimento das condutas previstas nas alíneas "**a**", "**d**" e "**e**" do item 1.19.2;

**b) de até 0,5%** (zero vírgula cinco por cento), sobre o valor total do contrato, por período (dia e/ou hora) de atraso injustificado no cumprimento dos prazos estabelecidos para a execução do objeto contratual, **até o limite de 10% (dez por cento)**;

**c) de até 0,1%** (zero vírgula um por cento), por dia de atraso injustificado, sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando esta for exigida;



**d) de até 15% (dez por cento), nos casos de *inexecução parcial*, sobre o valor total do contrato, em percentual proporcional ao descumprimento e prejuízos sofridos pela Câmara de Vereadores de Joinville em decorrência do descumprimento, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder;**

**e) de até 30% (quinze por cento), sobre o valor total do contrato, nos casos de *inexecução contratual total*, bem pelo cometimento das condutas previstas nas alíneas "f", "g", "h", "i" e "j" do item 1.19.2, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder;**

**III) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Município de Joinville, pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, pelo cometimento das condutas previstas nas alíneas "b", "c" "d" e "e" do item 1.19.2;**

**IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos pelo cometimento das condutas previstas nas alíneas "f", "g", "h", "i" e "j" do item 1.19.2, bem como nas alíneas "b", "c" "d" e "e", quando justificada a imposição de penalidade mais grave.**

**§ 1º** Para os contratos plurianuais, a base de cálculo para as multas previstas no inciso II considerará o valor total do contrato pelo período de 12 (doze) meses, visando compatibilizar as penalidades com a complexidade e características do objeto e as eventuais infrações praticadas.

**§ 2º** As penalidades aplicáveis para o caso de prática ato lesivo obedecerão ao regramento previsto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e na Lei Municipal nº 8.983, de 06 de agosto de 2021 e na regulamentação vigente.

**1.19.8.** O processo administrativo para a apuração de responsabilidade(s) e a eventual aplicação de sanção(ões) à *CONTRATADA* será conduzido pelo Núcleo de Instrução de Processo Administrativo (NIPA) e observará o procedimento e as garantias estabelecidos no Decreto Legislativo nº 99/2024, que dispõe sobre o processo administrativo sancionatório no âmbito da Câmara de Vereadores de Joinville, ou outro diploma legal que vier a substituí-lo.

**1.19.9.** Nenhum pagamento será realizado à *CONTRATADA* enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de sanção ou inadimplência contratual.

**1.19.10.** As sanções aplicadas à *CONTRATADA* serão registradas no sítio eletrônico da Câmara de Vereadores de Joinville e do Município de Joinville, na solução de tecnologia de informação do sistema de gestão municipal, no Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP e no Banco de Sanções.



## 1.20. VALOR ESTIMADO MÁXIMO PARA A CONTRATAÇÃO –

1.20.1. O valor estimado para a presente contratação é de **R\$ 167.577,40 (cento e sessenta e sete mil, quinhentos e setenta e sete reais e quarenta centavos)**, conforme detalhamento que segue.

<b>Grupo</b>	<b>Item</b>	<b>Especificação</b>	<b>Qtde</b>	<b>Valor unitário (R\$)</b>	<b>Valor total (R\$)</b>
1	1	<b>Poltrona 1 lugar</b>	4	1.020,32	4.081,28
1	2	<b>Poltrona 2 lugares</b>	4	2.759,69	11.038,76
1	3	<b>Poltrona 3 lugares</b>	5	3.026,37	15.131,85
2	4	<b>Tapete capacho de vinil.</b>	8	200,98	1.607,84
3	5	<b>Púlpito de acrílico</b>	1	1.446,75	1.446,75
4	6	<b>Cadeira ergonômica tipo presidente</b>	19	3.028,33	57.538,27
5	7	<b>Cadeira giratória com Espaldar Médio/Alto</b>	40	1064,59	42.583,60

6	8	<b>Cadeira giratória obeso</b>	5	1877,33	9.386,65
7	9	<b>Mesa reta com 2 gavetas</b>	20	987,85	19.757,00
8	10	<b>Mesa multiuso retangular</b>	1	1784,84	1.784,84
9	11	<b>Mesa de Reunião Retangular (2,00m)</b>	1	1.688,13	1.688,13
10	12	<b>Baia de Atendimento (Call Center/Atendimento):</b>	3	510,81	1.532,43
Valor total					167.577,40

1.20.2.O valor estimado é o máximo admitido para contratação do objeto, e foi obtido em pesquisas realizadas pela Administração de acordo com o art. 23 da Lei no 14.133/2021.

1.20.3. Na elaboração da proposta comercial, as empresas interessadas deverão respeitar obrigatoriamente os limites máximos aceitáveis dispostos na tabela acima.

1.20.4. O valor total inclui todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

### **1.21. Adequação orçamentária**

1.21.1. As despesas resultantes desta contratação correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento da Câmara de Vereadores de Joinville para o ano



de 2026, conta: 33.90.30.99 - Outros materiais de consumo; 44.90.52.42 - Mobiliário em Geral.

## **1.22. Notas técnicas**

1.22.1. As especificações técnicas dos mobiliários foram definidas com base nas normas ABNT NBR 13962/2018 e NR-17, visando garantir desempenho mínimo, segurança operacional e durabilidade compatível com a vida útil esperada.

1.22.2. O prazo de execução estabelecido de 60 dias corridos considera a complexidade do serviço, o tempo de mobilização de equipe e a logística de entrega de insumos, tomando como referência contratações anteriores e cronogramas médios do setor.

1.22.3. A execução deverá respeitar integralmente as normas ambientais vigentes, sendo vedada a disposição inadequada de resíduos. Todo material descartado deverá ter destinação final ambientalmente correta.

## **1.23. Referências**

BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 159, n. 62, p. 1, 1 abr. 2021.

CÂMARA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Divisão de Compras e Licitações – DCL. Cláusulas padrões para Licitações. Joinville, jun. 2024. Documento interno (não publicado).

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 13962/2018 - Móveis para escritório - Cadeiras - Requisitos e métodos de ensaio.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. NR-17 - Norma Regulamentadora - Ergonomia.

Painel de Preços do Governo Federal. Ministério da Economia. Disponível em: <https://paineldeprecos.planejamento.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2024.

## **2. LISTA DE ANEXOS**

**Anexo 1 – Imagens Ilustrativas dos Itens**

**Anexo 2 – Modelo de avaliação mesas e cadeiras**

## ANEXO 1 – IMAGENS ILUSTRATIVAS

ITEM	DESCRIÇÃO	IMAGEM
1	Poltrona 1 lugar	
2	Poltrona 2 lugares	
3	Poltrona 3 lugares	



CÂMARA DE  
VEREADORES DE  
**JOINVILLE**



4	Tapete capacho de vinil	
5	Púlpito de acrílico	
6	Cadeira ergonômica tipo presidente	
7	Cadeira giratória	





CÂMARA DE  
VEREADORES DE  
**JOINVILLE**

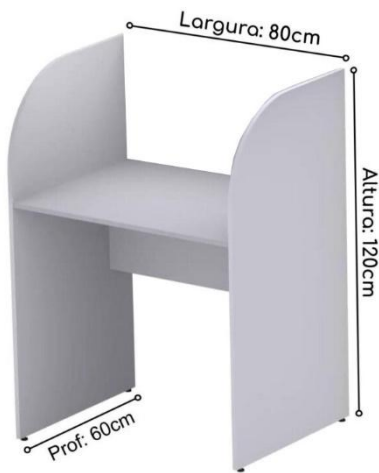


8	Cadeira giratória obeso <i>(desconsiderar na figura a menção ao peso, considerar o descritivo constante do item 1.3.8. - até 150Kg)</i>	
9	Mesa reta com 2 gavetas	
10	Mesa multiuso retangular	
11	Mesa de reunião 2 metros de largura	



CÂMARA DE  
VEREADORES DE  
**JOINVILLE**



12	Baia de Atendimento (Call Center/Atendimento)	
----	---	--



## ANEXO 2 – MODELO DE AVALIAÇÃO DE MESAS E CADEIRAS

<b>RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS AMOSTRAS MESAS</b>			
<b>GRUPO/ITEM:</b>		<b>DIMENSÕES:</b>	
<b>MARCA:</b>		<b>MODELO:</b>	
<b>Seq.</b>	<b>Especificação – Termo de Referência</b>	<b>CONFORMIDADE</b>	
<b>INSPEÇÃO VISUAL</b>			
1	Tampo	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> N. A
2	Conjunto de base (pés, fixação, sapatas, etc)	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> N. A
3	Estabilidade e robustez	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> N. A
4	Acabamento	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> N. A
5	Pintura	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> N. A
6	Conjunto (projeto da mesa)	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> N. A
<b>INSPEÇÃO DIMENSIONAL</b>			
7	Dimensões	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> N. A
<b>INSPEÇÃO DOCUMENTAL</b>			
8	Conformidade com a norma 13962/2018 - Móveis para escritório - Cadeiras - Requisitos e métodos de ensaio.	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> N. A
9	Certificado de Garantia	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> N. A
10	Atendimento da NR 17	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> N. A
Comentários/Observações/Recomendações			
Avaliadores			Data



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS AMOSTRAS CADEIRAS GIRATÓRIAS		
Seq.	Especificação – Termo de Referência	CONFORMIDADE
1	Encosto	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
2	Braços	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
3	Assento	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
4	Mecanismo	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
5	Pistão, base e rodízios.	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
6	Projeto da cadeira (conjunto)	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
	Laudos e Certificados	CONFORMIDADE
7	Certificado de conformidade com a norma NBR ABNT 13962:2018	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
8	Laudo ou Certificado de Densidade da Espuma – NBR ABNT 8537:2015	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
9	Relatório de Ensaio – ABNT NBR 8797:2017 – Espuma flexível – Determinação da deformação permanente à compressão para 90%	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
	Requisitos NR-17	CONFORMIDADE
10	Altura ajustável à estatura do trabalhador e à natureza da função exercida	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
11	Características de pouca ou nenhuma conformação na base do assento	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
12	Borda frontal arredondada	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
13	Encosto com forma levemente adaptada ao corpo para proteção da região lombar	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
Comentários/Observações:		
Avaliadores		Data:

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS AMOSTRAS CADEIRAS GIRATÓRIAS PARA OBESO			
Seq.	Especificação – Termo de Referência	CONFORMIDADE	
1	Encosto	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO
2	Braços	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO
3	Assento	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO
4	Mecanismo	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO
5	Pistão, base e rodízios.	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO
6	Projeto da cadeira (conjunto)	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO
	Laudos e Certificados	CONFORMIDADE	
7	Certificado de conformidade com a norma NBR ABNT 13962:2018	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO
8	Laudo ou Certificado de Densidade da Espuma – NBR ABNT 8537:2015	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO
9	Relatório de Ensaio – ABNT NBR 8797:2017 – Espuma flexível – Determinação da deformação permanente à compressão para 90%	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO
	Requisitos NR-17	CONFORMIDADE	
10	Altura ajustável à estatura do trabalhador e à natureza da função exercida	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO
11	Características de pouca ou nenhuma conformação na base do assento	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO
12	Borda frontal arredondada	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO
13	Encosto com forma levemente adaptada ao corpo para proteção da região lombar	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO
14	Resistência ao peso mínimo a ser suportado	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO



## ANEXO II MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

### PREGÃO ELETRÔNICO 07/2026

#### 1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE

Razão Social:	
CNPJ nº:	
Endereço completo:	
Telefone: (    )	E-mail:

#### 2. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL (para assinatura de contrato)

Nome:
Endereço completo:
CPF nº

*Os poderes para assinatura deverão estar estabelecidos nos atos constitutivos da proponente ou mediante procuração.*

#### 3. DADOS PARA PAGAMENTO

Informar os dados para depósito bancário.	
Banco:	
Agência:	Conta corrente:

#### 4. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO DE ESCRITÓRIO E ITENS COMPLEMENTARES

**5. VALIDADE DA PROPOSTA:** ..... (.....) dias contados a partir de sua apresentação – mínimo de 90 (noventa) dias.

## 6. VALOR PROPOSTO.

<b>Grupo</b>	<b>Item</b>	<b>Especificação</b>	<b>Qtde</b>	<b>Marca/Modelo</b>	<b>Valor unitário (R\$)</b>	<b>Valor total (R\$)</b>
1	1	<b>Poltrona 1 lugar</b>	4			
1	2	<b>Poltrona 2 lugares</b>	4			
1	3	<b>Poltrona 3 lugares</b>	5			
2	4	<b>Tapete capacho de vinil.</b>	8			
3	5	<b>Púlpito de acrílico</b>	1			
4	6	<b>Cadeira ergonômica tipo presidente</b>	19			
5	7	<b>Cadeira giratória com Espaldar Médio/Alto</b>	40			





6	8	<b>Cadeira giratória obeso</b>	5			
7	9	<b>Mesa reta com 2 gavetas</b>	20			
8	10	<b>Mesa multiuso retangular</b>	1			
9	11	<b>Mesa de Reunião Retangular (2,00m)</b>	1			
10	12	<b>Baia de Atendimento (Call Center/Atendimento):</b>	3			
Valor total						

## 7. OBSERVAÇÕES.

7.1. Deverão ser respeitados obrigatoriamente os limites de aceitabilidade de preços constantes do Termo de Referência (Anexo I).

7.2. O valor total da proposta inclui todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, de frete e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



7.4. Deverá ser informada a marca/modelo dos itens ofertados, sob pena de desclassificação.

7.5. A empresa vencedora deverá fornecer obrigatoriamente os produtos das marcas/modelos descritos em sua proposta, exceto quando a substituição for previamente autorizada pela CONTRATANTE.

7.6. A licitante que apresentar o melhor preço ao final da disputa de lances deverá apresentar, junto à proposta readequada, os laudos, os certificados e a literatura técnica dos itens ofertados (catálogo, folder, impressão da página do fabricante na internet em que conste a especificação, ou outro documento correspondente), preferencialmente em língua portuguesa. Havendo divergência entre a especificação descrita na proposta apresentada e aquela constante da literatura técnica, prevalecerá o disposto na literatura técnica emitida pelo fabricante.

7.7. Para todos os itens aos quais for aplicável, a licitante deverá apresentar as seguintes informações sobre a assistência técnica:

- a) Razão social;
- b) Endereço completo;
- c) Telefone/whatsapp; e
- d) E-mail.

7.8. Declaração formal e específica da empresa fabricante de que assumirá o atendimento on-site da garantia supre a necessidade de indicação do responsável pela assistência técnica.

7.9. Em caso de discordância entre o descritivo e quantidades do objeto descritas no sistema eletrônico o disposto no Termo de Referência (Anexo I do edital), prevalecerão as especificações constantes deste edital e anexos.

7.10. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de executar/disponibilizar as atividades ou itens acessórios necessários ao pleno cumprimento do objeto, nas quantidades, qualidades e prazos adequados à perfeita execução contratual.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

---

Assinatura do Representante Legal



**ANEXO III**  
**MINUTA**  
**CONTRATO ADMINISTRATIVO**

Nº \_\_\_\_/2026

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado a **CÂMARA DE VEREADORES DE JOINVILLE**, inscrita no CNPJ sob o nº 83.545.244/0001-87, com sede na Avenida Hermann August Lepper nº 1.100, bairro Saguauçu, neste Município, aqui denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Presidente, **Sr. DIEGO MACHADO**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 055.727.089-84, residente e domiciliado na rua Andreilino Nunes da Silva, nº 28, bairro Rio Bonito, neste Município, de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecida na Rua \_\_\_\_\_, município de \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, aqui denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelo **Sr.** \_\_\_\_\_ inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, Centro, município de \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, ajustam o presente contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026**, de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é o fornecimento de **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO DE ESCRITÓRIO E ITENS COMPLEMENTARES PARA A CÂMARA DE VEREADORES DE JOINVILLE**, nas condições estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência.

1.2. Vinculam-se a esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência;
- b) O edital da licitação;
- c) A proposta da **CONTRATADA**;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O presente contrato terá vigência a partir de sua assinatura, até 31/12/2026.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da **CONTRATADA**, previstas neste instrumento.



### CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão, fiscalização e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este contrato.

### CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É vedada a subcontratação do objeto deste contrato.

### CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ ) \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ), conforme tabela a seguir.


5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este contrato.

### CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado (\_\_\_/\_\_\_/2026), conforme documentação que compõem o processo licitatório.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da **CONTRATADA**, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela **CONTRATANTE**, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA),



exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso na divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância retroativa correspondente, tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

#### **CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1. A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes deste termo e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações dispostas do Termo de Referência, anexo a este contrato.

#### **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1. São obrigações da **CONTRATANTE** aquelas dispostas no Termo de Referência, anexo a este contrato.

#### **CLÁUSULA DEZ – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

10.1. Não haverá exigência de garantia.

#### **CLÁUSULA ONZE – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. Poderão ser aplicadas à **CONTRATADA** as sanções administrativas dispostas no Termo de Referência, anexo a este contrato.



## CLÁUSULA DOZE – EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo fixado neste termo.

12.1.1. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto.

12.1.2. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da **CONTRATADA**:

- a) Serão aplicáveis as devidas sanções administrativas;
- b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133/2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

## CLÁUSULA TREZE – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas desta licitação correrão por conta dos seguintes itens orçamentários para o ano 2026, conta: 33.90.30.99 - Outros materiais de consumo; 44.90.52.42 - Mobiliário em Geral



13.2. Para os exercícios subsequentes, as despesas correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, e sua alocação será realizada no início de cada exercício financeiro, mediante apostilamento.

## CLÁUSULA QUATORZE – CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas aplicáveis.

## CLÁUSULA QUINZE – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

15.2. A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

15.4. Reequilíbrio econômico-financeiro:

15.4.1. O contrato poderá ser alterado para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, conforme previsto no artigo 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

15.4.2. Caberá à **CONTRATADA** a solicitação do pedido de reequilíbrio, acompanhado da devida comprovação do fato, bem como, de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato, devendo tal demonstração ser apresentada em conformidade com a planilha detalhada da proposta.

15.4.3. Os valores do contrato poderão ser reequilibrados por iniciativa da Administração, mediante negociação entre as partes, quando comprovado por meio de pesquisas que os preços estão acima do praticado no mercado.

15.4.4. A **CONTRATANTE** responderá eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela **CONTRATADA**, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação exigida.

15.4.4.1. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento começa a fluir somente a partir do momento em que o pedido da contratada se encontra correto e completamente instruído.





## CLÁUSULA DEZESSEIS – INFORMAÇÕES DE CONTATO E RESPONSABILIDADE PELA ATUALIZAÇÃO

16.1. O contato com a **CONTRATADA** será feito através de seu representante legal, Sr. \_\_\_\_\_, por intermédio do número de telefone e para envio de mensagem eletrônica ( ) \_\_\_\_\_, e endereço de e-mail \_\_\_\_\_ que serão utilizados pela **CONTRATANTE** para o envio de ordens de serviço, autorizações de fornecimento, orientações dadas pelos fiscalizadores do contrato, notificações e demais comunicações necessárias à regular execução do objeto contratual.

16.2. A **CONTRATADA** obriga-se a comunicar, por escrito e com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, qualquer alteração nos dados informados, sendo de sua responsabilidade a atualização tempestiva das informações.

16.3. Caso se constate a inconsistência dos dados apresentados devido à falta de atualização por parte da **CONTRATADA**, as informações corretas deverão ser repassadas à **CONTRATANTE** no prazo definido pela fiscalização.

## CLÁUSULA DEZESSETE – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá à **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como em seu site oficial – [camara.joinville.br](http://camara.joinville.br).

## CLÁUSULA DEZOITO – FORO

18.1. Para dirimir questões decorrentes deste contrato fica eleito o Foro da Comarca de Joinville, com renúncia expressa a qualquer outro.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente juntamente com as testemunhas.

Joinville, na data da última assinatura eletrônica.

\_\_\_\_\_  
Presidente da Câmara de Vereadores  
de Joinville/SC

\_\_\_\_\_  
Representante da CONTRATADA

\_\_\_\_\_  
Testemunha

\_\_\_\_\_  
Testemunha